



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES

EIXO 5: Políticas de educação, diferenças e inclusão

HONORINO, Lorena da Vitória¹

CARVALHO, Damila Soares de²

ALMEIDA, Mariangela Lima de³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as políticas de formação continuada município de Santa Maria de Jetibá, voltadas para a inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desenvolve-se a partir do estudo de caso tendo como instrumentos de coleta de dados a análise documental de legislações municipais e grupos focais. Dentre os resultados, destaca-se que nos encontros do grupo focal os profissionais de educação, gestores de educação especial e pesquisadores tiveram a oportunidade de se constituir em um grupo de estudo-reflexão, num movimento de autonomia e colaboração entre envolvidos focalizando as práticas educativas.

Palavras-chave: Formação continuada; Grupos focais; Gestores públicos da educação especial.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura/CE em Pedagogia, da Universidade Federal do Espírito Santo- Brasil. E-mail: lorenahonorino@hotmail.com

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores/CCENS da Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil. E-mail: damila_soares@hotmail.com

³ Professora do Curso de Pedagogia/CE e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores/CCENS da Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil. E-mail: mlalmeida.ufes@gmail.com



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

1. INTRODUÇÃO

Podemos dizer que a educação vem sofrendo uma mudança no que diz respeito ao processo de ensino – aprendizagem, e é possível perceber que essas mudanças vêm refletindo no âmbito pedagógico; na formação e (re) formação do docente, que precisa estar preparado para lidar com o aluno público da educação especial e com a educação inclusiva. A educação especial, no modelo inclusivo ganhou forças em nosso país com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, onde passou a ser uma modalidade educacional que atravessa todos os níveis de ensino, sendo assim, a escola “comum” passou a receber os alunos “especiais”. Essa nova concepção de educação gerou mudanças que requer novas competências e habilidades dos professores que necessitam a cada dia renovarem sua prática, e assim atender as novas exigências.

Sendo assim, o objetivo desse texto é discutir a formação continuada de profissionais da educação especial a partir das políticas públicas do município de Santa Maria de Jetibá/ES. Realizamos uma análise documental referente a legislações e documentos da Secretaria Municipal de Educação, bem como, grupos focais com gestores e profissionais da rede municipal. Esses dados serão impressos a partir do diálogo com as práticas formativas do município pela via dos Gestores Públicos de Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva.

2. A FORMAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ: DOS DOCUMENTOS LEGAIS ÀS NARRATIVAS DOS PROFISSIONAIS

Com base nos documentos disponibilizados pelas gestoras do município, elaboramos uma planilha de categorização desses documentos, que segundo Bardin (1977) é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente por reagrupamento segundo



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

gênero (analogia), com os critérios previamente definidos dos documentos” de modo que pudesse organizar esses documentos para melhor analisá-los segundo nosso interesse de pesquisa como podemos ver abaixo:

Tabela 3-Categorização das legislações do município

OK01	Pesquisa de cooperação técnica – Políticas de acesso e de permanência de pessoas com deficiência no ensino comum – um estudo comparado de sistemas educativos brasileiros e mexicanos de 2013 a 2015.
OK02	Decreto n. 091-2010 – Criação do CREI – Centro de Referência de Educação Inclusiva do Município de Santa Maria de Jetibá
OK03	Implantação da NutriSUS – Estratégia de fortificação infantil com múltiplos micronutrientes em pó – PSE – Programa Saúde na Escola.
OK04	Cronograma de atividades da NutriSUS – 2014 a 2015
OK05	NutriSUS – Escolas e Alunos contemplados.
OK06	Censo 2010 Santa Maria de Jetibá – Matrícula de Alunos com Necessidades Especiais – Inclusão.
OK07	Censo 2011 Santa Maria de Jetibá – Matrícula de Alunos com Necessidades Especiais – Inclusão
OK08	Censo 2012 Santa Maria de Jetibá – Matrícula de Alunos com Necessidades Especiais – Inclusão
OK09	Censo 2013 Santa Maria de Jetibá – Matrícula de Alunos com Necessidades Especiais – Inclusão
OK10	Censo 2014 Santa Maria de Jetibá – Matrícula de Alunos com Necessidades Especiais – Inclusão
OK11	Censo 2015 Santa Maria de Jetibá - Resultados Preliminares – Educação Básica - Matrícula inicial presencial – Educação especial (Alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos)
OK12	Plano Municipal de Educação de Santa Maria de Jetibá – PMSMJ – Projeto de Lei n. 028-2015

Dentre os documentos analisados foi possível enxergar nessas políticas, registros como referência sobre a formação inicial e os direitos a formação continuada para os profissionais de ensino do município na perspectiva da educação inclusiva. Percebemos que as políticas de garantia de direito a formação continuada para profissionais de educação existentes no município são bem vagas.

No que se refere as políticas do município para formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, o órgão responsável pela Educação Especial é o CREI-SMJ criado pela Secretaria Municipal Educação a partir do decreto de nº091/2010, sendo o primeiro documento analisado ele traz a formação exigida pelo município para se tornar coordenador pedagógico do centro,

Art. 2º. O Centro de Referência de Educação Inclusiva - CREI/SMJ - é um órgão de apoio educacional subordinado administrativamente e pedagogicamente à Secretaria Municipal de Educação.



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

§ 1º. O CREI/SMJ será dirigido por um Coordenador Pedagógico, pertencente ao quadro efetivo dos Profissionais de Educação do Município, apresentando o seguinte perfil:

- a) ter experiência mínima de cinco anos como professor da Educação Básica e no atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- b) preferencialmente ter experiência na formação de professores;
- c) possuir habilitação em nível de pós-graduação na área da educação especial.

A partir desse destaque podemos pensar esse documento como um disparador para entender a concepção de formação inicial e continuada no município de forma reflexiva a fim de compreender através desses documentos se o referente coordenador pedagógico recebe formação adequada e subsídios para trabalhar com formação continuada no município.

Diante disso por meio da estratégia de grupos focais (GATTI, 2005) onde o diálogo é a principal ferramenta, buscamos traçar o perfil do profissional de educação na perspectiva da inclusão no município por meio dessa ação. Nomeamos aqui as gestoras de educação do município de A e B para facilitar o entendimento da análise. Como podemos ver a seguir na fala de uma das gestoras quando a mesma expõe a formação que os profissionais precisam ter para ingressar na rede de ensino e trabalhar com os alunos público-alvo da educação especial,

Curso de Pedagogia e Especialização em Educação Especial Inclusiva. Entrevistadora (Não é necessário Especialização em Deficiência Intelectual?). Não. O município é pequeno, infelizmente não podemos exigir tanto, não há profissionais com estas formações aqui, o que temos já conseguimos com grandes dificuldades. (Gestora A, grupo focal 2015).

Nota-se que não é exigida uma formação específica para esses profissionais atuantes na rede, tendo em vista que os alunos serão os principais receptores, e não tendo ferramentas que contemplem a sua aprendizagem a sua inclusão nas escolas regulares não será de forma efetiva. Essas reflexões vêm para nos colocar em cheque, que formação que queremos e que formação o mercado



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

está nos oferecendo através dos cursos de licenciatura para que no fim se haja transformação das práticas pedagógicas.

Em consonância disso o decreto 091/2010 de criação do CREI destaca o órgão responsável pelas formações para os profissionais no município,

Art. 4º. Constituem atribuições específicas do Centro de Referência de Educação Inclusiva:

II – promover a formação continuada dos professores da rede municipal que lidam com estudantes com necessidades especiais;

As secretarias de educação são responsáveis por fornecer e subsidiar formação continuada para os profissionais da educação da rede de ensino. O CREI é o órgão responsável pela Educação Especial e Inclusiva no município pertencendo assim a Secretaria de Educação do município de Santa Maria de Jetibá e se tornando de extrema importância para os profissionais de ensino no município. Mas em contraponto disso devemos nos perguntar se essas formações são realmente suficientes para que as práticas pedagógicas desses profissionais sejam efetivas para garantir o acesso e permanência dos alunos público-alvo da educação especial nas escolas. Em resposta a este questionamento que constitui a visão do gestor sobre esse processo que é desenvolvido em cadeia, podemos observar na análise da gestora sobre esse processo,

[...] fomentou mais com essas formações esse ano com os pedagogos, que sentiram necessidade, viram que a proposta tinha coisa lá que já estava defasada, que já não tava mais atendendo as necessidades... entendeu? Desses alunos... Então fomentou-se ainda mais a partir dessas formações. Tanto que né, essa readequação da proposta partiu mais mediante essas formações (Gestora A, grupo focal 2015).

Podemos notar que o interesse de formação parte dos profissionais de ensino a fim de constituir seus próprios perfis profissionais a partir de relatos e experiências nesse movimento, assim como adequar suas práticas de acordo com a necessidade do aluno, fazendo com que a ação de promover formação



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

do órgão responsável seja efetiva e que tenha uma seriedade na sua completude.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros nos grupos focais nos oportunizaram esse movimento de autonomia e colaboração entre profissionais de educação, gestores de educação especial e pesquisadores envolvidos nas práticas educativas, através de uma parceria como nos dizem Carr e Kemmis (1988), pode configurar-se como meio para a construção coletiva da formação.

Sendo assim cada profissional de ensino possui um saber sistematizado sobre seus preceitos e conceitos de identidade profissional, através de sua formação como sujeito humano e pertencente a uma sociedade. Lasky (2005) ressalta que a identidade profissional é a maneira como o mesmo se define e sua evolução ao longo do tempo; o que abrange o seu empenho pessoal e disposição para receber o novo. Tardif (2002), acrescenta ainda que o professor elabora seu próprio conhecimento a partir de suas experiências, o que colabora para a construção de sua identidade profissional.

O professor em sala de aula é o principal veículo da instituição escolar com o CREI, criando uma cadeia de ação para que o aluno que necessite de atendimento seja observado com um olhar sensível, como podemos ver na fala da gestora B,

Temos uma ficha de avaliação, o professor junto ao pedagogo se detecta algo ele preenche a ficha com sua visão pedagógica e nós avaliamos (Gestora B, Grupo focal SMJ 14/12/2015)

Por meio dessa ficha de avaliação, o professor regente passa a observar o aluno de acordo com sua vivência do cotidiano e apontar possíveis diferenças. Acreditamos que a identidade do profissional é construída não só na sua formação inicial, continuada, mas também cotidiano por meio de suas práticas, quando colocadas em questionamento, problematizadas pela via da



IX ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE/ES
2ª REUNIÃO ESTADUAL DA ANFOPE

POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: CENÁRIOS E VOZES EM DISPUTA

09 e 10 de Março de 2017
UFES – Campus Goiabeiras

pesquisa. Essa busca pelo aperfeiçoamento pessoal e profissional pode trazer novos olhares sobre os sujeitos em suas diferenças e potencialidades.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 1996.

CARR, W; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la Enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de BRAVO Martinez Roca. Barcelona: Editora, 1988.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília. Líber Livro Editora, 2005.

LASKY, S. (2005). **A sociocultural approach to understanding teacher identity, agency and professional vulnerability in a context of secondary school reform**. Teaching and Teacher Education, 21, 899-916.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.